

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 490, DE 1999

Fixa percentual para efeitos de honorários de sucumbência para advogados e dá outras providências.

**Autor:** Deputado Enio Bacci

**Relator:** Deputado Vilmar Rocha

### I - RELATÓRIO

O nobre Deputado Enio Bacci propõe a alteração do §3º do artigo 20 da Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973, de forma a fixar os honorários advocatícios de sucumbência em 20 % (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Atualmente, o Código de Processo Civil deixa uma margem de discricionariedade ao juiz, que poderá arbitrar a verba honorária entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento do valor da condenação, atendidos determinados critérios estabelecidos nas alíneas do mencionado §3º do artigo 20, do CPC. Esta a disposição que se pretende afastar.

O projeto foi distribuído a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para análise quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

Aberto o prazo para o oferecimento de emendas, estas não foram apresentadas.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Não se vislumbra a presença de inconstitucionalidades relativas ao projeto em questão. A matéria concernente a direito civil e processual civil é de competência legislativa privativa da União, a ser exercida pelo Congresso Nacional com a sanção do Presidente da República, nos exatos termos dos artigos 22, I e 48, *caput*, da Constituição Federal. Está-se, ainda, diante de hipótese de iniciativa legislativa concorrente, consoante determina o artigo 61 da Lei Maior.

A técnica legislativa não observou o comando do artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, editada em obediência ao artigo 59, parágrafo único, da Constituição da República de 1988. Necessário seria suprimir-se a cláusula revogatória genérica constante do artigo 2º da proposição.

Contudo, a adequação da redação legislativa perde relevância quando se nota que, no mérito, o projeto não está a merecer o nosso apoio, uma vez que a sistemática já vigente melhor atende aos princípios constitucionais da proporcionalidade e da isonomia.

Primeiramente, afirma o autor da proposição, em sua justificativa, que a inovação pretendida faria com que os honorários fossem definidos com base no valor da condenação, e não no valor da causa. Ocorre que, segundo a norma atualmente em vigor, a base de cálculo da verba honorária é, justamente, o valor da condenação.

O valor da causa somente vem sendo usado, excepcionalmente, como parâmetro subsidiário nas demandas julgadas improcedentes e que, portanto, não deixam ao juiz outro critério senão o montante do bem pretendido pela parte autora e negado pelo Poder Judiciário, dada a ausência de condenação em casos tais.

Neste ponto, o projeto chega a pecar por injuridicidade, ao intentar inovar onde nada de novo há, contemplando tratamento já dispensado pela lei, sendo pertinente a transcrição da atual redação do artigo 20, §3º, do Código de Processo Civil, que dispõe, *in litteris*:

“Art. 20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Essa verba será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.

**§3º. Os honorários serão fixados entre o mínimo**

